

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 24 de julho de 1986

Fundo de Desenvolvimento, uma solução engenhosa

Economia - Brasil

Críticas justificadas têm sido dirigidas ao governo por ter feito muito pouco para a contenção do déficit do setor público. Mas não deixa de ser contraditório que muitos dos que fazem essas críticas, freqüentemente empresários, também se queixam da imobilidade do setor público na área de investimentos, que acaba dificultando ou inviabilizando empreendimentos privados. É claro que investimentos públicos na área de infra-estrutura, como energia e transportes, e de insumos básicos, como, por exemplo, a produção de aço, são essenciais para que as empresas privadas também se lancem em novos projetos. Mas, de outro lado, para dar seqüência, no ritmo necessário, a obras e projetos iniciados em anos anteriores e realizar novos investimentos em áreas essenciais, o governo é obrigado a fazer vultosos gastos que pressionam ainda mais o déficit do setor público.

Uma das saídas, muitas vezes citada, seria o corte nas despesas de custeio da administração federal. Com a reforma administrati-

va em preparo, o governo ensaiaria alguns passos nessa direção, mas ninguém desconhece quanto é difícil politicamente, em um país como Brasil, reduzir substancialmente o custeio, o que deveria implicar a dispensa de milhares de funcionários.

A solução encontrada para o dilema é o Fundo Nacional de Desenvolvimento, cuja criação foi ontem anunciada pelo presidente José Sarney. Independentemente das diversas formas que serão utilizadas para arrecadar recursos para esse Fundo, que comentaremos em editoriais subsequentes, a iniciativa tem o mérito inegável de racionalizar os orçamentos federais e de proporcionar meios efetivos para a capitalização das empresas estatais.

Referimo-nos, naturalmente, àquelas estatais que são realmente empresas, que operam com graus razoáveis de eficiência e cujas atividades são de reconhecido interesse nacional. As demais devem ser transformadas em departamentos ou em órgãos da administração direta, no caso de

realizarem serviços essenciais, mas de baixa ou nenhuma rentabilidade, ou transferidas para o setor privado, caso em que se enquadram aquelas que atuam em setores que poderiam ser mais bem geridos por particulares.

São as estatais a que nos referimos em primeiro lugar, reunidas em "holdings", as principais responsáveis pelos investimentos do governo no setor de infra-estrutura e de insumos básicos. Assim sendo, nada mais lógico do que, como fez o governo, determinar que o orçamento da União, ou orçamento fiscal, como também é chamado, destine os seus recursos exclusivamente a áreas sociais típicas de governo, como educação, saúde e segurança. Assim, o Tesouro deixaria de destinar verbas para os projetos executados pelas estatais.

Util como é essa racionalização, o problema central é encontrar meios para a capitalização dessas empresas produtivas. Primeiro, naturalmente, era preciso saneá-las, sabido que elas são oneradas por um elevadíssimo

nível de endividamento. O Fundo será o instrumento para fazê-lo, passando a gerir diretamente os passivos das estatais. Em contrapartida, além dos recursos arrecadados através de empréstimos compulsórios, o governo lançaria debêntures, colocaria ações no mercado, sem comprometer o controle do Tesouro, e utilizaria os recursos obtidos através da transferência de empresas para o setor privado, de modo a viabilizar os investimentos requeridos.

Sem dúvida, esta é uma solução preferível à criação de uma "holding" única para todas as estatais, o que significaria uma concentração de poderes politicamente discutível. O Fundo passaria a ser administrado pela Secretaria do Tesouro, que atua no âmbito do Ministério da Fazenda, mas agiria de acordo com as diretrizes do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

A solução é engenhosa. O que permanece em aberto é o volume de recursos de que o Fundo disporá a médio prazo.